

RESENHA

LIRA, A. S. X.; OLIVEIRA, J. M. Política pública de informação na perspectiva do controle social na ciência da informação: o caso do programa “é pra ler” da Prefeitura Municipal de João Pessoa. **Biblionline**, v.1, n.2, p. 1-15, 2005. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/9270>>. Acesso em: 03 Jun. 2017.

O artigo está estruturado da seguinte forma: uma introdução, onde é apresentado os conceitos que formarão a base das discussões teóricas e a motivação que os levaram a realizá-lo. Na segunda parte, buscam apresentar a relação entre responsabilidade social da Ciência da informação e controle social. No item seguinte, é abordada a questão das políticas públicas da informação no Brasil e depois especificamente do caso do programa “é pra ler” da Prefeitura Municipal de João Pessoa, e, por fim, a conclusão.

A primeira parte do trabalho inicia mostrando a relação entre Ciência da informação, Responsabilidade Social e Controle Social. Trata-se de conceitos entrelaçados, começando por terem em comum a necessidade de um ambiente adequado para sua aplicação. No Brasil isso acontece após a Constituição de 1988, com o estabelecimento do direito à informação.

Os autores tiveram sua motivação ao observar a atuação dos órgãos governamentais na criação e aparelhamento de bibliotecas, e com isso surgiram as dúvidas:

[...] qual a responsabilidade social da Ciência da Informação com o monitoramento de Programas, Planos e Projetos que objetivam a criação de bibliotecas e acervos nas escolas públicas? O quanto temos contribuído para a geração e o controle social das políticas públicas de informação que priorizam o livro e a leitura no País e no município? Embora seja comum atribuir à biblioteca o papel de auxiliar no processo educacional seja na escola, seja para a comunidade, quais planos tem de fato se efetivado em programas de governo? Como esses projetos são executados? Qual o custo/benefício social? Qual a avaliação final de sua implantação? Atingiu os objetivos esperados? Quais as fontes de recursos e como se dará sua manutenção?”

Na segunda parte do artigo, os autores conceituam *responsabilidade social* através de diversos autores e perspectivas, como sua origem, a atuação no mundo contemporâneo, em um ambiente democrático onde a circulação de informação é condição para a sociedade em rede, questões éticas, como a transparência.

O controle social é discutido como uma nova fase da relação do Estado com sujeitos políticos, tendo como elo a informação. Neste contexto surge o terceiro setor como grupo de

¹ Resultado de exercício realizado na disciplina *Aplicação teórica na Ciência da Informação*, ministrada pela profa. Isa Freire no PPGCI da UFPB, qual seja: escolher, na Brapci, um artigo que adote o conceito de *regime de informação* e possa contribuir para os respectivos projetos dos discentes (mestrado e doutorado).

* Mestre em Economia pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil. Docente do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba, Brasil. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, Brasil. E-mail: herbert.rgo@gmail.com.

pressão e de organização de interesses fora do setor público. Fato novo no contexto político nacional.

A terceira parte do artigo trata das Políticas Públicas, onde se conceitua e inicia uma discussão sobre a origem teórica e sua aplicação no Brasil. Como, por exemplo, o caso do Programa Sociedade da Informação no Brasil, o governo eletrônico onde se vislumbra a possibilidade de transparência e *accountability*, estabelecendo uma nova governança. Os autores também mostram que há uma ausência mais efetiva de Políticas no enfoque regional e local.

Ao tratarem do programa “é pra ler da Prefeitura Municipal de João Pessoa”, os autores citam iniciativas de âmbito nacional e depois explicitam informações específicas do Programa, tal como foi desenvolvido no período de 2002 a 2004, tendo como objetivo geral “motivar o gosto pela leitura desde as séries iniciais como também aos jovens e adultos e toda comunidade, contribuindo para o processo de democratização da informação com vistas à formação de uma sociedade participativa na construção da cidadania”; e como objetivos específicos, a criação de salas de leitura, bibliotecas escolares e comunitárias.

Porém o estudo de avaliação deste Programa foi inviabilizado pela falta de informações que pudessem ser utilizados para o acompanhamento sistemático da sua evolução, devido a mudança de governo na Prefeitura Municipal de João Pessoa.

Conclui-se que “a Responsabilidade Social da Ciência da Informação, em um ambiente democrático, é de buscar meios de promover a inclusão social [...]”, conjuntamente com a necessidade de “que os gestores municipais atentem para as novas orientações para a Política Social, principalmente no que se refere a objetividade, a informação[...]”. É preciso garantir que o cidadão possa acompanhar e avaliar os projetos, planos ou programas governamentais.

O artigo foi escolhido por seu tema, de extrema complexidade e atualidade, abordando conceitos importantes para a compreensão da sociedade contemporânea. Sua importância se deve à discussão bem situada entre os conceitos e temas, como também pela importância de tratar de um projeto local, mostrando a realidade local, fazendo uma importante ponte entre o discurso teórico e a realidade.